

SINDILEX



Fique por
entro

9 de julho de 2024 | Edição Especial

**9 de julho,
mais que
comemoração,
a História**



Imagem: Reprodução/Wikicommons

VEJA NESTA EDIÇÃO

- Texto Crítico: Por Daniel Aidar da Rosa - Entenda os motivos, o contexto e o legado da Revolução Constitucionalista de São Paulo

TEXTO CRÍTICO



Imagem: Reprodução

O lugar do Levante de 1932 na História do Brasil

Por Daniel Aidar da Rosa - Consultor Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo

Reminiscências da assim chamada Revolução Constitucionalista estão espalhadas pela cidade de São Paulo. Da Avenida Nove de Julho à Rua MMDC no Butantã, do monumento nas Arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco ao imponente Obelisco de São Paulo erigido em homenagem aos mais de mil paulistas mortos no conflito: a capital se lembra com orgulho do momento em que seu estado desafiou o Brasil.

Mas o que levou jovens como os citados Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo a protestarem contra o governo brasileiro? Por que foram mortos?

O que levou pessoas a doarem ouro às tropas rebeldes? O que motivou os militares do Estado a romperem com a hierarquia e a se levantarem contra o país?

Uma ruptura dramática como essa não se dá de uma hora para outra. Entender o processo que levou ao conflito é fundamental tanto para compreendê-lo a partir de seu próprio tempo quanto para entender o seu legado histórico.

O Brasil do início dos anos 1930 havia acabado de passar por uma de suas tantas “revoluções”, no caso, a de 1930, que pôs fim ao período conhecido como República do Café com Leite. Desde o final do Brasil Império, as elites estaduais do país vinham às turras entre si, cada uma com seu pleito. A elite paulista, por exemplo, exigia privilégios e benefícios em nome da relevância da cafeicultura para a balança comercial do país.

A década de 1920 viu surgir de dentro dos quartéis um movimento que ficou conhecido como tenentismo. Os tenentistas almejavam, entre outras coisas, reduzir os poderes das oligarquias regionais e fortalecer o poder central. Apesar de sua origem, ele não parou na caserna e logrou êxito justamente quando encontrou ecos de suas insatisfações entre civis.

Foi na associação entre militares das patentes intermediárias que se sentiam impedidos de ascender na hierarquia e jovens políticos que queriam sair da sombra dos oligarcas mais velhos que dominavam a política que a Revolução de 1930 encontrou forças para mudar o cenário nacional. A Revolução de 1930 marcou um momento em que estas elites locais, como os citados cafeicultores paulistas, foram derrotadas por um projeto de país que de fato buscava estruturar o Estado Nacional em todo o território brasileiro¹.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, alçado neste momento sobretudo pelo tenentismo, o Estado brasileiro passou por uma mudança em diversos fronts. Leis trabalhistas, um código eleitoral moderníssimo, projeto de Educação ampla, consolidação de infraestrutura, redução das liberdades dos

estados de negociarem com potências estrangeiras e bancos, mudanças nos fundos de proteção a agricultores: ainda que nem todas elas já tivessem sido completamente implementadas em 1932, a direção para a qual a República havia se voltado contrastava profundamente com o projeto que a elite paulista tinha para si.

Intelectuais e políticos do estado primeiro bradaram em nome da secessão, defendendo o excepcionalismo paulista por razões que iam da eugenia e do racismo ao determinismo histórico. Entretanto, rapidamente este discurso se modificou para uma busca por autonomia, autodeterminação e uma suposta luta contra a tirania de Vargas. As tensões entre paulistas e o Brasil atingiram um ápice quando, durante um protesto violento diante de um jornal associado ao tenentismo, cinco jovens foram mortos – os famosos MMDC mais um rapaz de sobrenome Alvarenga. Em 9 de julho de 1932, as guarnições paulistas do exército brasileiro e as unidades da Força Pública – a atual Polícia Militar – se levantaram de fato contra o governo federal.

Como nunca houve no passado nacional, as fotos dos confrontos e dos combatentes, a imprensa radiofônica e jornalística e a produção de cartazes foram utilizadas como peças de propaganda em massa para arregimentar voluntários para uma guerra inglória. A adesão à luta mobilizou as classes médias e as elites paulistas², apesar de ter sido observada com alguma desconfiança pelo movimento operário³. Graças à campanha Ouro pelo Bem de São Paulo, a população doou joias com “um fervor cívico que ainda não se conhecia no estado” (Schwarcz e Starling, 2015).

A estratégia militar de São Paulo visava um ataque rápido ao Distrito Federal, então no atual estado do Rio de Janeiro, e dependia das promessas de apoio de batalhões de outros estados, como do Mato Grosso, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. O apoio que veio, entretanto, foi ínfimo – pior ainda, as tropas mineiras e gaúchas se voltaram contra o Estado de São Paulo. Divididas em três teatros de operações, as forças de São Paulo resistiram por três meses até serem sobrepujadas por uma força militar mais numerosa, mais bem equipada e mais bem treinada⁴.

A derrota, contudo, foi mitificada. Até hoje celebra-se a “Revolução” “Constitucionalista” como se fosse revolucionária, o que não era por questão conceitual⁵, e constitucionalista, o que não era por questão factual. Se fosse revolução, por que quando o governador instituído pelo levante paulista, Pedro de Toledo, não trocou nenhum dos cargos oficiais uma vez colocado no poder? Ora, se tivesse como seu principal objetivo o estabelecimento de uma Constituição, por que não aguardar maio de 1933? Pois foi para esta data que o Decreto Federal de 14 de maio de 1932 do governo Vargas marcou a eleição constituinte e criou uma comissão para elaborar um anteprojeto de Constituição Federal⁶.

Na verdade, extraída a propaganda, tudo o que resta é entender este levante a partir dos interesses da oligarquia do estado de São Paulo de se contrapor à política de Vargas para o café e à ideologia de centralização do poder no governo federal, bem como ver a derrota pelo que ela foi de fato, não pelo viés de quem buscava torná-la menos dolorosa: um desastre militar, um desperdício de vidas humanas, uma luta fratricida em nome de uma minoria de interessados.

À despeito de se propagar como a grande locomotiva do Brasil, a dívida externa do estado de São Paulo era maior que a metade da dívida dos vinte estados somada. Ou seja: São Paulo era sim o estado mais rico da federação, mas era altamente endividado – e o mesmo pode ser dito dos seus cafeicultores. Este alto endividamento era algo corriqueiro para os paulistas, pois sua renda lhes permitia quitar suas dívidas com facilidade.

Entretanto, a crise de 1929 mudou este cenário⁷, até o ponto em que, em 32, insatisfeitos com o papel de coadjuvante ao qual haviam sido relegados a partir de 1930, a elite paulista, com apoio ideológico de autonomistas de outros estados e até algum apoio dos EUA⁸, ela colocou sua máquina de propaganda e suas forças de repressão⁹ para defender seus interesses contra os do Brasil.

O fracasso paulista na guerra, entretanto, não levou Vargas a usar sua posição para rebaixar o estado de São Paulo ou humilhar os derrotados. Isso não é o

mesmo que dizer, contudo, que São Paulo obteve êxito em suas ambições, como conta uma historiografia hoje já comprovadamente equivocada: a Constituinte de 34 não ocorreu graças à revolta dos paulistas, mas, antes, apesar dela. Ainda assim, Vargas realizou concessões econômicas às elites paulistas como forma de domesticá-la. Hábil e conciliador, Vargas propôs o Reajustamento Econômico, “reduzindo o débito dos agricultores atingidos pela crise” que vinha desde 29¹⁰.

É sintomático, entretanto, que a ideologia construída pela propaganda e pelos intelectuais à serviço do ideário autonomista e supremacista no início do século XX, que beneficiava sobretudo a elite do interior do estado, tenha fincado raízes entre os paulistas até hoje. Por trás das tantas ruas e avenidas 9 de julho, dos monumentos que rememoram 1932 como um momento glorioso de uma luta constitucionalista e antiditatorial e dos ‘mártires’ e ‘heróis’ que perderam suas vidas no conflito está a derrota de uma elite que buscou “recuperar a posição hegemônica perdida depois de outubro de 1930” (Moraes, 2016). Resta ao historiador se desfazer da propaganda e recolocar a história em seu lugar.

¹Apesar dos cafeicultores paulistas terem sido derrotados com o golpe dado em Júlio Prestes, muitos paulistas apoiaram Vargas, ao ponto de terem feito uma notável recepção a ele em 1930 durante sua viagem à cidade de São Paulo. Este apoio foi se esfacelando conforme a ideia de que o Estado estava sendo prejudicado apesar de sua primazia e superioridade aos demais foi se espalhando entre a população. Osvald de Andrade, notório escritor modernista, chegou a escrever “Por São Paulo com o Brasil, se for possível; por São Paulo contra o Brasil, se for preciso!”; já Mário de Andrade escreveu a Carlos Drummond de Andrade, mesmo depois do conflito: “No momento, eu faria tudo, daria tudo para São Paulo se separar do Brasil.” SCHWARCZ, Lília M. e STARLING, Heloisa M. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 e SILVA, Hélio. O ciclo de Vargas: 1932 – A Guerra Paulista. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1967.

²“A população de São Paulo, sobretudo na capital, se mobilizou: milhares de civis, incluindo os estudantes da Faculdade de Direito, no largo de São Francisco, alistaram-se nos batalhões de voluntários; fábricas adaptaram-se à indústria de guerra; colônias de imigrantes italianos e sírios prestaram socorro aos feridos; o clero católico deu suas bênçãos aos combatentes” (Schwarcz e Starling, 2015).

³“Apenas os trabalhadores das fábricas ficaram de fora da mobilização geral. No estado onde se concentrava o maior número de indústrias do país, os operários não correram em massa para lutar. Nos meios operários, muitos duvidavam de um levante em que não cabia nenhuma atenção às demandas dos trabalhadores.; entre as elites de São Paulo, crescia o temor de que os operários mobilizados para a guerra saíssem do controle e partissem para sua própria revolta” (Schwarcz e Starling, 2015).

⁴“Mas a superioridade militar dos governistas era evidente. No setor sul, as forças do Exército contavam com 18 mil homens, além da Brigada Gaúcha e outros contingentes menores. Os paulistas não passavam de 8500 homens. As forças federais contavam também com munição suficiente e artilharia pesada, contrastando com a precariedade dos meios à disposição dos revolucionários. No ar, os paulistas perdiam nitidamente para a aviação do governo federal. A Revolução de 1932 marcou aliás o ingresso da aviação no Brasil como arma de combate, em proporções consideráveis. Apesar do desequilíbrio de forças, a luta durou quase três meses. O ataque sobre o território paulista foi lançado a partir do sul do Estado, da fronteira com Minas Gerais e do Vale do Paraíba. De meados de setembro em diante, a situação dos revolucionários tornou-se cada vez mais precária. Os mineiros ocuparam Jundiaí e Itu e, no Vale do Paraíba, as tropas federais ganharam terreno, entre marchas e contramarchas. A ameaça de ocupação da cidade de São Paulo tornara-se real. Por fim, representantes da Força Pública paulista reuniram-se em 1º de outubro de 1932 com o general Góis Monteiro, em seu quartel-general de Cruzeiro, no Vale do Paraíba. A Força Pública decidiu render-se, em um gesto que poupou vidas e pôs fim às últimas esperanças de resistência”. FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013.

⁵Celso Furtado chegou a classificá-la como “reação armada” da elite do café contra o governo Vargas. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

⁶MORAES, Francisco Quartim de. O Levante de 1932: Fatores econômicos e políticos. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

⁷Os subsídios generosos do Banco do Estado de São Paulo aos cafeicultores, os gastos com a infraestrutura que vinha se viabilizando no estado ao longo dos anos interiores, gastos com saúde, educação pública e forças militares, tudo isso havia tornado o estado de São Paulo caro demais para se sustentar sem a autonomia para obter empréstimos e negociar livre de uma administração preocupada com o país como um todo. Pior: a principal fonte de renda dos municípios paulistas não era o café, mas os impostos sobre a indústria e o setor de serviços graças à falta de taxaço municipal na produção cafeeira, de modo que as estruturas municipais acabavam altamente endividadas (Moraes, 2016).

⁸“A oligarquia paulista, no entanto, quando falava de autonomia, se referia à autonomia do Estado de São Paulo em relação à União. Os vínculos entre o capital estrangeiro e o nacional não eram normalmente vistos como ingerência. Pelo contrário, muitas vezes eram os próprios paulistas que queriam uma relação mais direta com o capital financeiro internacional (...). De mesmo modo, durante o conflito iniciado em 9 de julho de 1932, o cônsul geral dos Estados Unidos em São Paulo defendia abertamente os interesses dos revoltosos paulistas. Em toda sua correspondência com os EUA, ele sempre se referiu às tropas federais como “tropas inimigas” e Getúlio Vargas era sempre chamado de “ditador” (Moraes, 2016).

⁹“Outra grande fonte de gastos do Estado de São Paulo eram as forças militares. Em 1931, os investimentos que lhes consagrou São Paulo chegaram a 21% do investimento da União (que defendia um país de proporções continentais) (...). Ao longo da década de 1930, Vargas tentou conter os gastos com as forças militares estaduais” (Moraes, 2016).

¹⁰Fausto, 2013.

BIBLIOGRAFIA

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

MORAES, Francisco Quartim de. O Levante de 1932: Fatores econômicos e políticos. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SILVA, Hélio. O ciclo de Vargas: 1932 – A Guerra Paulista. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1967.

Nota: os textos assinados não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais